



Volume 11 – Número 28
DOSSIÊ: A IGREJA DOS POBRES HOJE
doi: [10.25247/paralellus.2020.v11n28.p397-413](https://doi.org/10.25247/paralellus.2020.v11n28.p397-413)

PROFETISMO DA IGREJA CATÓLICA NOS ANOS 1970 E 1980 NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

PROPHETISM OF THE CATHOLIC CHURCH IN THE 1970S AND 1980S IN BRAZIL: THE CONTRIBUTIONS TO A SOLIDARY POPULAR ECONOMY

*Roberto Marinho Alves da Silva**

RESUMO

O presente artigo tratou das origens e características dos Projetos Alternativos Comunitários fomentados no Brasil por organismos da Igreja Católica a partir dos anos 1980. O objetivo do estudo é identificar e analisar as relações entre os significados e intencionalidades destas estratégias econômicas alternativas com os conteúdos e diretrizes do profetismo religioso assumido por bispos e agentes pastorais durante as décadas de 1970 e 1980, na vigência do regime ditatorial militar no país. A partir de revisão da produção bibliográfica e de estudos documentais, foi possível identificar conexões entre a promoção de iniciativas locais de Economia Popular Solidária e as estratégias emancipatórias de desenvolvimento sustentável e solidário.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Popular Solidária. Projetos Alternativos Comunitários. Profetismo Religioso.

ABSTRACT

The present article dealt with the origins and characteristics of the Alternative Community Projects fostered in Brazil by Catholic Church organizations since the 1980s. This study aims to identify and analyze the relationships between the meanings and intentionality of these alternative economic strategies with the contents and guidelines of the “religious prophetism”

* Filósofo, doutor em desenvolvimento sustentável e mestre em ciências políticas. Professor associado da UFRN, foi gestor público de Política Nacional de Economia Solidária no Governo Federal (2003 - 2016).



assumed by bishops and pastoral agents in the 1970s and 1980s, during the dictatorial military regime in the country. From literature review and documentary studies, it was possible to identify connections between the promotion of local initiatives of Popular Solidarity Economy and the emancipatory strategies of sustainable and solidarity development.

KEYWORD: Popular Solidarity Economy. Alternative Community Projects. Religious prophetism.

1. INTRODUÇÃO

São quase quarenta anos desde a realização do Seminário sobre “O homem e a seca no Nordeste”, em Caucaia, Ceará, no início de junho de 1982, convocado pelos regionais nordestinos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para debater a difícil situação enfrentada pela população sertaneja pobre em mais um período prolongado de estiagem no Semiárido. Com a participação dos Bispos das dioceses na região, agricultores, agentes de pastoral, lideranças de movimentos sociais, organizações de cooperação internacional e representantes de órgãos governamentais, o Seminário reafirmou a urgência da realização da Reforma Agrária, da redemocratização do país e do redirecionamento das políticas públicas na Região Nordeste.

Além dessas reafirmações, encontramos no referido Seminário uma das raízes de duas importantes e atuais estratégias alternativas regionais tendo por base o protagonismo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações comunitárias. Uma delas diz respeito à perspectiva inovadora e paradigmática da “Convivência com o Semiárido” que, cada vez mais, se constitui em estratégia política dos movimentos sociais para a construção da sustentabilidade na região (SILVA, 2008). A outra proposição se refere à promoção de pequenos projetos alternativos comunitários para melhoria da produção, abastecimento hídrico e enfrentamento das condições de pobreza rural no Nordeste.

Faz-se necessário verificar o caráter e a intencionalidade política desse apoio da CNBB aos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), considerando que diversos organismos pastorais promoviam ações sociais e acumulavam experiências na assistência junto à população em situação de pobreza extrema no Brasil. Seriam aqueles Projetos restritos às soluções locais para viabilizar atividades produtivas e de acesso à infraestrutura comunitária, ou seriam promovidos como estratégias

socioeconômicas, possibilitando o fortalecimento organizativo e das mobilizações populares para alteração da situação regional e nacional?

Com o presente artigo buscamos contribuir com esse debate, possibilitando um breve resgate histórico e dos significados da conexão entre a proposição e a promoção dos PACs com os conteúdos e intencionalidades do profetismo religioso de setores progressistas da CNBB, nos anos 1970 e 1980, no contexto do regime ditatorial militar.

Ressalta-se que diversos autores (SINGER, 2002; BERTUCCI e SILVA, 2003; GAIGER, 2004; SILVA e SILVA, 2020, entre outros), enfatizaram que os PACs foram amplamente disseminados nos anos 1980 e 1990 e se constituíram como expressões da Economia Popular Solidária (EPS). Baseadas em relações de solidariedade e de reciprocidade, essas estratégias econômicas alternativas privilegiam o trabalho associado, a cooperação e a autogestão, sendo orientadas para o bem viver em harmonia com a Natureza, contrapondo-se à lógica da apropriação privada, do lucro e da acumulação de capital (SILVA; SILVA, 2020).

Com essas intenções e pressupostos, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica, resgatando material informativo e analítico sobre alguns dos eventos promovidos pela CNBB no Nordeste nos anos 1970 e 1980, bem como sobre a trajetória da atuação da Cáritas Brasileira com os PACs. A fundamentação teórica considerou as concepções relativas ao profetismo religioso e a Economia Popular Solidária.

O resultado do estudo está sistematizado neste artigo que, além dessa introdução, apresenta em seu desenvolvimento, duas subdivisões: a primeira contém uma breve abordagem das contribuições do profetismo de agentes pastorais da Igreja católica no Nordeste nos anos 1970 e 1980 para a afirmação e promoção de estratégias emancipatórias no enfrentamento às desigualdades sociais e regionais; em seguida, são apresentadas as características e significados dos PACs que foram incentivados pela Cáritas Brasileira. As considerações finais ressaltam os achados do estudo e apresentam alguns desafios para a expansão da Economia Popular Solidária no Brasil.

2. POSICIONAMENTOS E ATITUDES PROFÉTICAS DA CNBB NO NORDESTE

O posicionamento firme e decisivo da CNBB para o enfrentamento político das desigualdades sociais e regionais no Nordeste ficou explícito nos anos 1950, com a realização dos encontros dos bispos no Nordeste com o Presidente Juscelino Kubistchek, em 1956, em Campina Grande - PB; e em 1959, em Natal - RN, visando encontrar soluções e alternativas de desenvolvimento regional que superassem a visão limitada das ações emergenciais de combate às secas e aos seus efeitos, constantemente “[...] acionadas pelas elites rurais atrasadas” (CARVALHO, 1991, p. 193).

Destaca-se que esses eventos contaram com a atuação decisiva de Dom Helder Câmara, na condição de Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, nas conversações com o Governo Federal e na articulação da CNBB na região, conforme relatou Dom Jaime Vieira Rocha (2016). Em certa ocasião, ao discursar na presença do Presidente Juscelino Kubistchek, Dom Helder alertou para a necessidade de “revisão substancial do atendimento às secas, dando rumo positivo aos superados esquemas contra as secas” (ROCHA, 2016, p. 62).

O engajamento ativo de cristãos nas mobilizações populares teve uma trajetória crescente nos anos 1960, com a forte atuação de leigos na Ação Católica, nos movimentos sociais e em partidos políticos, compondo um campo popular democrático que passou a reivindicar reformas estruturais de base. O golpe militar de 1964 mostrou também a força da ala conservadora da Igreja Católica que deu apoio decisivo à ruptura institucional e ao regime ditatorial instalado no país, sob a justificativa de preservar valores religiosos, da família e da propriedade privada, contra a “ameaça comunista”.

Na Região Nordeste, porém, existiam bispos e agentes pastorais que sintonizados com as diretrizes do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e os desdobramentos na América Latina, nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), mantiveram uma atuação corajosa e profética de confronto às injustiças sociais promovidas pelas classes dominantes no país, principais beneficiárias do golpe militar.

Tal situação marcou a conjuntura eclesial no Brasil e em outros países da América Latina, “nos quais a figura do Bispo Profético aflorou com igual intensidade, mas

seguramente numa quantidade muito menor” (COSTA, 2013, p.1467). Compreende-se que o exercício do profetismo no episcopado católico expressava um posicionamento crítico e um ativismo político na sociedade como decorrência da própria missão evangelizadora:

[...] os Bispos Proféticos estimam que sua responsabilidade evangélica tem prioridade absoluta sobre a diplomacia eclesiástica. Procedem a uma análise da sociedade que coincide com as conclusões dos políticos de oposição. Porém, seu comportamento pretende estar motivado pela fé que os anima. Se sua análise é também política, seu objetivo não o é (MEYER, 1999, p. 317).

Tal situação foi identificada em um conjunto de eventos e de documentos produzidos pela CNBB no Nordeste nas décadas de 1970 e 1980 com “uma carga ininterrupta de críticas contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo regime e pelas classes dominantes” (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 65). O autor destaca que em decorrência do teor desses documentos, padres e bispos “passaram a viver sob monitoramento intenso dos órgãos da repressão, não sendo poucos os prelados que sofreram perseguição” (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 69).

Expressando o profetismo religioso, alguns documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se constituíam em uma forma de reação contra a forte censura e repressão imposta pelo regime ditatorial². No caso de Dom Helder Câmara, um dos principais articuladores da CNBB, suas falas e entrevistas muitas vezes foram censuradas, principalmente a partir de 1968, quando “[...] o AI-5 limitou muito os pronunciamentos de D. Helder, visto que muitas de suas falas eram consideradas subversivas e, portanto, atentavam contra a Lei de Segurança Nacional” (OLIVEIRA, 2015, p.81).

Um dos documentos que melhor expressou esse profetismo religioso de agentes pastorais na Região Nordeste foi elaborado em um momento de endurecimento do regime ditatorial militar, após a edição do Ato Institucional nº 5³. Divulgado em maio

2 “Exigências cristãs de uma ordem política” (1971); “Marginalização de um povo: o grito das Igrejas” (1973); “Eu vi os clamores do meu povo” (1973) e “Nordeste: desafio à Missão da Igreja no Brasil” (1984).

3 O Ato Institucional nº 5 foi editado em dezembro de 1968 e concedia plenos poderes ao Presidente da República, inclusive o de legislar, suspendendo todos os direitos civis e políticos para garantir a Segurança Nacional. Desde então a repressão do regime ditatorial se abateu ainda mais fortemente sobre toda e qualquer tentativa de mobilização e manifestação de oposição ao regime.

de 1973, o texto intitulado de “Eu ouvi os clamores de meu povo” foi elaborado e subscrito por bispos e superiores religiosos no Nordeste, sob a coordenação de Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife. Publicado por ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do 10º aniversário da Encíclica "*Pacem in Terris*"⁴ do Papa João XXIII, o documento denunciava as precárias condições de vida da população pobre e assumia compromissos com as causas populares na Região, de modo que naquele momento “[...] coube à “Igreja Popular” a iniciativa de levantar a questão regional da perspectiva dos pobres, do povo sofredor, armando-se para isso de argumentos e categorias oferecidas pela Teologia da Libertação” (CARVALHO, 1991, p. 214).

Para a autora, o documento expressava uma visão crítica sobre as políticas regionais que, desde a década de 1950, buscavam integrar a Região Nordeste ao padrão de modernização nacional, porém mostrando-se perversa porque excluía a maioria da população nordestina, conservando as estruturas sociais, econômicas e políticas arcaicas de produção e reprodução da pobreza e da miséria, sobretudo nas áreas rurais.

Os bispos e religiosos denunciavam a situação de miséria vivenciada pelo povo pobre na Região Nordeste, exatamente no momento no qual se alardeava o chamado “milagre brasileiro”⁵ do crescimento econômico, “viabilizado pela opressão, seu fruto maldito foi a crescente marginalização do povo” (CARVALHO, 1991, p. 195). Dessa forma, o documento atingia o principal instrumento ideológico de legitimação do regime ditatorial militar, denunciando os seus efeitos negativos para a classe trabalhadora: “Para realizar o chamado ‘milagre brasileiro’, o governo continua, pela regulamentação do salário mínimo, a transferir parte da renda das classes assalariadas para as classes que se beneficiam dos frutos do crescimento econômico” (BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE, 1973, p. 16). Estando evidente então, porque os “ricos ficam cada vez mais ricos enquanto os pobres ficam cada vez mais pobres”, sendo esta uma marca do atual regime: “[...] a exploração, a crescente desigualdade entre ricos e pobres e muitas outras consequências são as

4 Encíclica publicada em 1963 pelo Papa João XXIII tratando da dimensão social da evangelização e dos compromissos da Igreja Católica com a superação das desigualdades sociais.

5 Referindo-se ao dinamismo econômico que ocorreu no Brasil entre 1968 e 1973, com base na expansão industrial, quando as taxas anuais de crescimento variaram entre cerca de 11,0 a 14,0%.

marcas de uma situação de violência instituída em nosso país” (BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE, 1973, p. 24).

Nas conclusões do documento, os pastores afirmavam que naquelas condições não restava outra opção para as classes dominadas a não ser dar continuidade ao “[...] projeto histórico de transformação global da sociedade atual em uma nova sociedade na qual se torna possível criar as condições objetivas, permitindo aos oprimidos recuperar a humanidade de que foram roubados (...)” (BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE, 1973, p. 25). Dessa forma, cristãos e pessoas de boa vontade eram convocadas a responder ao apelo evangélico de “se engajarem nesta corrente profética”.

Quase dez anos depois, quando se esgotou o modelo de crescimento econômico, o regime ditatorial militar se encontrava em crise e havia uma crescente força dos movimentos de redemocratização do país, os bispos no Nordeste se reuniram em Caucaia, Ceará, em junho de 1982, para discutirem a problemática da seca que assolava a região semiárida. A dureza da situação vivenciada pela população pobre sertaneja na seca de 1979 a 1983 provocou o esvaziamento populacional e o aumento da mortandade no Semiárido brasileiro. A obra “O genocídio do Nordeste” (CPT *et al*, 1983) constatou que mais de um milhão de pessoas havia morrido naquele período em razão da omissão e da irresponsabilidade política dos governantes que abandonaram à própria sorte milhares de famílias sertanejas: “Por isso, a última seca não foi mais entendida como uma desgraça natural, nem as mortes encaradas como uma fatalidade. [...] Não foi exatamente a seca quem matou os nordestinos. Houve um genocídio intencionado na região, naqueles anos” (CPT *et al*, 1983, p. 7).

Nesse contexto, o Seminário sobre “O homem e a seca no Nordeste” foi convocado pelos regionais da CNBB da região,⁶ contando com a participação, além dos bispos, de agricultores, agentes de pastoral, representantes do movimento sindical rural (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), organizações da sociedade civil (com destaque para a Associação Brasileira de Reforma Agrária -

6O Regional Nordeste I corresponde ao estado do Ceará; o Nordeste II agrega os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; o Nordeste 3, os estados da Bahia e Sergipe; e o Nordeste IV que, à época, abrangia os estados do Piauí e Maranhão.

ABRA), entidades de cooperação internacional e de representantes de órgãos governamentais.

O evento foi antecedido por um processo de preparação com base em uma cartilha intitulada “O homem e a seca no Nordeste: realidade, desafios e esperança”. Para animar as reuniões das comunidades de base, a “cartilha” continha várias lições sobre a situação da Região Nordeste. Na primeira, encontrava-se uma leitura da questão regional sob a ótica do povo excluído, dos que realmente vivenciavam a seca: os trabalhadores sem terra, moradores, pequenos arrendatários, parceiros, posseiros e assalariados rurais. A segunda provocava a reflexão sobre “o trabalho sofrido dos pequenos que gera a riqueza da agricultura do Nordeste” (CARVALHO, 1991, p. 201). A autora destacou outra lição relacionada às causas da pobreza, sendo a concentração da terra a principal e a Reforma Agrária a solução. Desta forma, o documento eximia Deus e retirava culpa da seca pela miséria do povo nordestino: “A seca é ‘desnaturalizada’ como explicação da pobreza da região denunciando-se a apropriação política do fenômeno pelas elites” (CARVALHO, 1991, p. 207). As demais lições eram relacionadas à necessidade de organização do povo nordestino para enfrentar os problemas, isto é, a “organização da união”, na reafirmação da vida em comunidade orientada pelos valores de solidariedade: “Inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, encorajando-o a superar seu imobilismo, no qual somente ele poderia produzir as necessárias transformações históricas” (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 69).

Na abertura do evento, Dom Aluísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, apontou o tom dos debates:

A linha presente na preparação deste Seminário e que orientará os Bispos nestes dias de Seminário é a da profética opção preferencial e solidária pelos pobres. O nosso discurso, nestes dias, quer ser um discurso para os pobres, não na visão de quem merece compaixão, mas na visão de Jesus Cristo, na visão de quem chama os pobres “bem aventurados” para dizer que eles também são gente, e quem sabe até mais gente do que a gente. Eles possuem, como todos nós, a capacidade de se inserirem ativamente na sociedade em comunhão e participação. Gostaríamos que este Seminário fosse visto em seu sentido mais profundo: chegar a hora do nordestino pobre ver reconhecida a sua dignidade de gente (LORSCHIEDER, 1982, p. 4).

O documento final do Seminário, intitulado de “Comunicado e proposições” (CNBB, 1982), destacou que a miséria do Nordeste não era causada pela seca, mas pela “injusta organização sócio-econômica e política”, denunciando o enriquecimento ilícito dos que exploravam a mão-de-obra nas frentes de emergência para produzir benfeitorias em suas propriedades, e reafirmando que a concentração da terra, o modelo econômico de exploração e a ausência da democracia eram as causas dos males na região:

O motivo maior da pobreza dos camponeses é a terra em mãos dos latifundiários. O modelo econômico explora os trabalhadores, preocupado em produzir para o mercado externo, o estrangeiro, e não para alimentar o povo. A solução do problema não está em acabar com a seca, fenômeno natural inevitável. Mas numa justa e bem feita Reforma Agrária, que deixe a terra em mãos de quem nela trabalha. E na mudança do modelo econômico, a fim de que, livre das empresas multinacionais, produza para o consumo interno do País, exportando apenas o excedente (CNBB, 1982, p.34).

O Comunicado também criticava as ações governamentais centradas em grandes projetos hídricos e de irrigação empresarial não atendendo os interesses dos agricultores. Dessa forma propôs uma nova perspectiva com “soluções alternativas de convivência com a seca” (CNBB, 1982, p.35), de custo mais baixo, sendo algumas delas conhecidas e utilizadas pelos trabalhadores rurais no Sertão. Com essa compreensão, o documento apresentou um conjunto de proposições com destaque para a Reforma Agrária em conjunto com uma política agrícola apropriada à Região, superando os “programas de emergência” de enfrentamento dos efeitos da seca. Destacou também a necessidade de formação e conscientização para participação da população sertaneja nos movimentos e organizações populares, nas mobilizações pela redemocratização do país, bem como para garantir a participação de trabalhadores rurais na elaboração e na fiscalização de programas e projetos do governo na Região.

Ora, entre as várias proposições de caráter emancipatório, o Documento Final do Seminário destacou a valorização dos conhecimentos populares e das formas de organização das comunidades sertanejas empobrecidas, “reconhecendo a força libertadora de suas pequenas realizações, quando partilhadas, unidas e organizadas” (CNBB, 1982, p.37). Com essa afirmação, sugerindo o incentivo aos pequenos projetos comunitários para a implantação de benfeitorias produtivas e de

aproveitamento de recursos hídricos (irrigação, cisternas...), tendo os agricultores como responsáveis e capacitados “para elaborar pequenos projetos, de preferência comunitários, com técnicos responsáveis para facilitar sua aprovação pelos órgãos de financiamento” (CNBB, 1982, p.38).

Foi a partir desse momento que as ações pastorais dos regionais e organismos da CNBB e de algumas dioceses no Nordeste constituíram centros de capacitação e assessoria e incentivaram os fundos de apoio para financiamento de pequenos projetos comunitários.

3. OS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS (PACS): CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS)

Os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foram incentivados no Brasil no início da década de 1980 como mais um dos instrumentos da ação pastoral libertadora junto à população excluída, apoiando as iniciativas populares de geração de trabalho e renda e de fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas. Destacamos neste texto as ações da Cáritas Brasileira por intermédio dos seus regionais e equipes diocesanas, com decisivo apoio das entidades de cooperação internacional:

Desde a sua criação, a Cáritas Brasileira tem apoiado as ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, estejam elas articuladas ou não às ações de caráter emergencial. Mas a partir da década de 80, com o desenvolvimento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), foram introduzidos novos significados e perspectivas para essa ação: tratava-se de apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13).

Os PACs têm a trajetória articulada a processos populares na busca de alternativas locais de melhoria das condições de vida a partir da implantação de benfeitorias de infraestrutura comunitária e para viabilizar a pequena produção, fortalecendo as organizações de base. Era exatamente essa a perspectiva emancipatória afirmada no Seminário sobre “O homem e a seca no Nordeste”, quando os pequenos projetos foram sugeridos como alternativas concretas de sobrevivência e de organização comunitária, “[...] sendo instrumento promocional da justiça, igualdade, solidariedade,

fortalecimento da capacidade política e formação das pessoas para iniciativas de luta pela cidadania e conquistas de políticas públicas” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 125).

Essas iniciativas foram multiplicadas ao longo dos anos 1980 e 1990. Além da Região Nordeste, em 1983, foram incentivados os primeiros PACs na Diocese de Santa Maria/RS e em 1985, a Cáritas Regional do Rio Grande do Sul organizou o I Encontro Estadual de Projetos Alternativos Comunitários, tendo os mesmos se constituído como uma das principais expressões da Economia Popular Solidária naquele estado: “[...] tendo apoiado mais de mil pequenos empreendimentos, dos mais diversos setores de atividade, através de crédito, suporte técnico e de uma metodologia destinada a formar a consciência crítica, socialmente engajada” (GAIGER, 2004, p.806/807).

A avaliação realizada pela Cáritas Brasileira em 1995 identificou significados, potencialidades e limites dos PACs, constatando que os mesmos tinham um potencial de articulação das iniciativas econômicas e solidárias dos setores populares com a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento baseado na solidariedade, na sustentabilidade e na justiça social (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995). Da mesma forma, ao analisar a trajetória de vinte anos da Cáritas com a EPS, Bertucci e Silva (2003) reafirmaram que os PACs não tinham sentido e fim em si mesmos, mas se constituíam em instrumentos de fortalecimento das organizações e do protagonismo dos excluídos, tendo por base valores da solidariedade e da autodeterminação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que buscavam a viabilidade de iniciativas produtivas e de infraestrutura local. Essa era a possibilidade de construção de uma Economia Popular Solidária (EPS), conforme destacou Paul Singer, um dos principais formuladores, divulgadores e referência teórica e política mundial da economia solidária, ao prefaciар o livro da Cáritas:

Este livro é uma preciosa história de uma das mais importantes experiências de auto-libertação coletiva patrocinada pela Igreja e protagonizada por comunidades das classes populares. Trata-se de uma jornada de duas décadas da Cáritas, partindo de uma prática de assistência social para atingir patamares cada vez mais elevados da promoção de projetos comunitários de caráter produtivo, cujo objetivo era (e continua sendo) a emancipação dos participantes da pobreza em que estavam mergulhados bem como a sua emancipação política e espiritual pelo engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa e menos desigual (SINGER, 2003, p. 5).

Para Singer (2002), a economia solidária é uma forma de organização social e econômica baseada no trabalho associado, guiada pelos princípios da reciprocidade e organizada a partir da autogestão. Iniciativas como as dos PACs mantêm ativa a utopia que os trabalhadores e trabalhadoras podem se organizar em empreendimentos autogeridos e desafiar a prevalência das relações capitalistas de produção, ou seja, uma forma de organização econômica em que "a cooperação e a igualdade tomam o lugar da competição e da exploração" (SINGER, 1998, p. 31).

Esse potencial emancipatório foi identificado nos objetivos e nas metodologias promovidas pela Cáritas Brasileira com o fomento dos PACs. Em primeiro lugar, observou-se que os mesmos não se restringiam e orientavam por um viés meramente econômico ou produtivista. Tanto na avaliação de 1995 (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995) quanto na sistematização dos vinte anos de atuação da Cáritas com a Economia Popular Solidária (BERTUCCI; SILVA, 2003), foram destacados os tipos básicos de projetos apoiados: os produtivos, os de infraestrutura comunitária, os de prestação de serviços, os de formação (educativos) e os de apoio aos movimentos populares⁷. Dessa forma, "Seus objetivos buscam o fortalecimento dos setores populares, das mudanças sociais e que contribuam na construção de um novo modelo de desenvolvimento" (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.15).

Quanto às metodologias de promoção dos PACs, verificou-se que eram participativas, de forma que, além de se constituírem como estratégias alternativas comunitárias de produção e comercialização e de infraestrutura, proporcionavam a formação sociopolítica e cultural, a mobilização e o fortalecimento das organizações populares. Assim, o caráter alternativo estava expresso como diferencial dos PACs em relação às ações tradicionais de assistência a grupos e comunidades empobrecidas com base em comportamentos políticos clientelistas⁸ e de substituição ou tutela que inibiam a autonomia e o protagonismo político daqueles sujeitos. No caso das ações realizadas pela Cáritas no apoio aos PACs, se sobressaiam os valores e práticas de participação, autonomia e a geração de novas relações sociais. Eram esses os critérios

⁷ Bertucci e Silva (2003) chamaram a atenção, que no final dos anos 1990, existia uma tensão em relação às prioridades de maior apoio aos projetos produtivos com a consequente redução do percentual dos Fundos de Apoio aos PACs destinados aos demais tipos de iniciativas comunitárias.

⁸ Tratando-se de um sistema de troca ou fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses baseado em relações pessoais, para a manutenção da subordinação política através de relações de favor.

pedagógicos que orientavam o acompanhamento sistemático das organizações comunitárias pelas equipes de assessoria, a fim de ajudá-las a melhorar as condições de vida e de produção, “buscando converter os grupos beneficiários em sujeitos autônomos do seu próprio desenvolvimento social e econômico” (GAIGER, 2004, p.815).

Ou seja, os Fundos de Apoio aos PACs não eram apenas repassadores de recursos ou de bens para as comunidades, mas os projetos e ações decorriam de processos continuados de capacitação e de planejamento participativo. Buscava-se criar condições de maior autonomia e protagonismo organizativo por meio do resgate do cooperativismo autêntico, além de apoiar e fortalecer espaços mais amplos de articulação, os fóruns e redes de produtores e produtoras para trocas de experiências, proposição de políticas públicas e a inserção em redes solidárias de informação e de comercialização. Bertucci e Silva (2003) chamaram a atenção para o potencial dessas iniciativas em articular processos de desenvolvimento local e territorial com a dinamização de cadeias produtivas baseadas em modelos sustentáveis de produção. Além disso, articulados em redes, os PACs reduziram fragilidades organizativas diante de um ambiente socioprodutivo e de uma correlação de forças políticas desfavoráveis.

Por isso, foi necessário conhecer e compreender as potencialidades e fragilidades econômicas, bem como os avanços e contradições políticas presentes nessas estratégias alternativas no contexto de hegemonia das relações sociais capitalistas. Não apenas os PACs, mas todas as expressões e formas organizativas de EPS corriam o risco de degeneração e subordinação das suas práticas e valores de solidariedade e reciprocidade diante das lógicas da eficácia e da eficiência econômica predominantes na sociabilidade do capital. Por outro lado, muitos daqueles projetos comunitários foram sonhados e planejados pelos grupos e comunidades para gerar oportunidades de trabalho e melhoria de renda ou para viabilizar a pequena produção associada. Dessa forma, todos esses aspectos e dimensões deveriam ser considerados, nos processos de planejamento e de avaliação participativa.

No caso da avaliação dos resultados alcançados pelos PACs, Bertucci e Silva (2003) chamaram a atenção para a valorização dos processos e do equilíbrio entre os impactos econômicos, sociopolíticos e culturais. Quanto aos processos, foram

valorizadas as conquistas econômicas, organizativas, o fortalecimento de valores, as vivências solidárias e a melhoria da autoestima dos participantes. Ao mesmo tempo, era necessário identificar e reconhecer “[...] a importância da viabilidade econômica para o fortalecimento das organizações locais e das redes solidárias que vêm se constituindo a partir de iniciativas econômicas” (BERTUCCI; SILVA, 2003, p.48). Dessa forma, buscava-se romper com a lógica restrita da eficácia econômica (de geração e melhoria de renda ou aumento da produção e da produtividade), como critério único ou fundamental de avaliação dos projetos comunitários.

Por fim, deve-se considerar a relação dos PACs, enquanto uma das expressões da Economia Popular Solidária no Brasil, com as concepções e a construção de alternativas de desenvolvimento orientadas pela sustentabilidade e pela solidariedade. De acordo com Singer (1998; 2016), enquanto uma “utopia militante”, este não é um ideal inalcançável, sendo possível promover mudanças qualitativas na realidade histórica, como a construção de “uma nova sociedade, dentro e em oposição à antiga”. Porém, é preciso reconhecer as potencialidades e os limites da EPS como estratégia de desenvolvimento, sendo necessária a sua integração em um projeto mais amplo de transformações sociais.

Quanto aos aspectos das potencialidades e limites da EPS, Bertucci e Silva (2003) ressaltaram que os PACs expressam ações endógenas de desenvolvimento contribuindo para a experimentação local e comunitária de formas justas e solidárias de produção e de distribuição equitativa de riquezas. Porém, seria necessário enfrentar o desafio de transformação dessas alternativas em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, o que exigia a constituição de sujeitos sociais com capacidade de incidência nas esferas de poder político. No caso da ação da Cáritas com a EPS, ficou explícito o objetivo de formação de consciências críticas comprometidas com a transformação social: “Um *horizonte de projeto*, de par com a metodologia de germinação de grupos e de *engajamento e fusão* em uma causa comum, formam os grandes vértices do programa da Cáritas” (GAIGER, 2004, p. 815 – grifos do autor).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Projetos Alternativos Comunitários surgiram e foram incentivados nas décadas de 1980 e 1990, enquanto alternativas de respostas às carências e necessidades de comunidades em situação de extrema pobreza, no contexto de ampliação das desigualdades sociais e regionais.

No caso do Nordeste brasileiro, tal situação de injustiça social havia se revelado de forma grave na seca de 1979 a 1983, ceifando mais de um milhão de vidas na Região (CPT *et al*, 1983). No entanto, não se tratava mais de culpar o fenômeno da Natureza por aquela situação de morte, muito menos de continuar com as ações emergenciais assistencialistas e descontínuas de combate aos efeitos da seca. Ao contrário, os PACs promovidos pela CNBB no Brasil, tinham uma orientação estratégica emancipatória para além da resistência, se constituindo em instrumentos de mobilização, formação crítica e fortalecimento de organizações populares para conquista e garantia de direitos.

Com base em estudos bibliográficos e fontes documentais, a análise que apresentamos possibilitou identificar algumas das características dos PACs, suas potencialidades e desafios, enquanto uma das formas e expressões da Economia Popular Solidária no Brasil. O caráter emancipatório foi identificado nos seus objetivos, destacando o fortalecimento das organizações populares para promover mudanças socioeconômicas e culturais locais e vinculadas a processos mais amplos de transformação social. Esse caráter alternativo dos PACs também estava relacionado às metodologias participativas proporcionando a autonomia e os protagonismos de sujeitos políticos, além da vivência de novas sociabilidades com base em valores e relações de autogestão, cooperação e solidariedade.

No entanto, é preciso analisar também as contradições políticas e as fragilidades das estratégias econômicas alternativas no contexto de hegemonia das relações sociais do capitalismo. Dessa forma, desde a década de 1990, foram construídas e fomentadas estratégias de articulação territorial e de organização em redes de cooperação buscando romper com o isolamento dos pequenos projetos locais. Articulados em redes e fóruns, os PACs podem ter reduzidas as fragilidades organizativas diante de um ambiente socioproductivo e de uma correlação de forças

políticas amplamente desfavoráveis. Talvez seja essa a principal contribuição da ação da Cáritas Brasileira com os PACs para a recente constituição de um movimento social defendendo a Economia Popular Solidária no Brasil como estratégia e política de desenvolvimento sustentável e solidário.

É com base nesses largos horizontes e perspectivas que se revelou as origens dos PACs no berço do profetismo cristão no Brasil nos anos 1980, em plena sintonia com as mobilizações populares que visavam a “criação de uma verdadeira democracia baseada na igualdade e na participação, para construir uma sociedade solidária, justa e fraterna, na qual todos tenham vez, voz e voto” (CNBB, 1982, p. 38), conforme proposto no Seminário sobre “O homem e a seca no Nordeste”. Este desafio permanece atual para a Economia Popular Solidária e para todos os movimentos sociais que continuam mobilizados pela justiça social com a superação das desigualdades no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. Eu ouvi os clamores do meu povo. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 27, p. 37-60, out. 1973.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: EdUNB, 1995.

CARVALHO, R. M. V. A. Igreja popular e a questão Nordeste: um outro discurso regionalista? XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu/MG, 15 a 18 de outubro de 1991. **Anais...** Caxambu/MG: ANPOCS, 1991, p. 185-214.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Comunicado e Proposições do Seminário sobre o Homem e a Seca no Nordeste. **Reforma Agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Campinas, v. 12, n. 4, p. 33-39, jul./ago. 1982. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=8795&url=http://docvirt.com/docreader.net#> Acesso em: set. 2020.

COSTA, Iraneidson Santos. Eu ouvi os clamores do meu povo: o episcopado profético do Nordeste brasileiro. **Revista Horizonte**, Dossiê: Teologia da Libertação 40 anos: balanço e perspectivas, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, out./dez. 2013.

CPT - Comissão Pastoral da Terra; CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural; IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **O genocídio do Nordeste** (1979-1983). São Paulo: Hucitec, 1983.

GAIGER, Luis Ignácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, p. 799 a 834.

LORSCHIEDER, Dom Aluísio. Palavra de Abertura do Seminário sobre O homem e a seca no Nordeste. **Reforma Agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Campinas, v. 12, n. 4, p. 3-4, jul./ago. 1982b. Disponível em: <http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=HEMEROLT&pagfis=8795&url=http://docvirt.com/docreader.net#> Acesso em: set. 2020.

MEYER, Jean. **Historia de los cristianos en América Latina** (siglos XIX y XX). México: Jus, 1999.

OLIVEIRA, Maria Alexsandra Prado. “**Eu ouvi os clamores do meu povo**”: análise de um documento eclesial e suas repercussões. 2015. 112 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Mestrado em Ciências da Religião, 2015.

ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). **Sob os signos da esperança e da responsabilidade social**: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959). Campina Grande: EDUEPB, 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: ETENE/BNB, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves; SILVA, Ronalda Barreto. Estrategias económico alternativas en América Latina: ¿prácticas de resistencia instrumentos de transformación? In: PÉREZ, Ela; GONZALES, Adriana (Edit.). **Políticas públicas, estrategias económico alternativas y derechos económicos de las mujeres**. País Vasco: Hegoa; Lima, Peru: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020, p.177-195.

SINGER, Paul Israel. **Uma utopia militante**: repensando o Socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Prefácio. In: BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003, p. 5 – 10.

SINGER, Paul Israel; SCHIOCHET, Valmor. La construcción de la economía solidaria como alternativa al capitalismo. In: Coraggio, J. L. (Org.), **Economía social y solidaria en movimiento**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira. **A igreja progressista no Recife**: limites e possibilidades da ação das CEBS (comunidades eclesiais de base) Recife - PE, 1973 a 1985. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.